Adoecimento Mental: Professores apagados

Afonso Celso Teixeira[1]

Recentes estudos revelam que o Brasil poderá ter um "apagão" de professores se não investir na formação de docentes para a educação básica. O país precisará de cerca de dois milhões de professores em 2040, mas projeções indicam que o total deles cairá mais de 20% em 18 anos, gerando um déficit de 235 mil profissionais. Os dados são da pesquisa Risco de "apagão" de professores no Brasil, do Instituto Semesp de São Paulo.

Outra pesquisa recente, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com professores do ensino básico do Brasil, aponta que a principal causa de afastamento por adoecimento está ligada a transtornos mentais comuns, como ansiedade, depressão e sofrimento emocional (mais de 50% dos docentes).

Diversos órgãos da mídia hegemônica divulgam tais fatos com real preocupação, porém raros são aqueles que se aprofundam nas causas de tais fenômenos. Eles ignoram (ou escondem) a direta relação entre esses temas e as condições de trabalho cada vez piores dos docentes no Brasil.

Em geral, ao comentarem o crescente adoecimento mental de professores, a mídia hegemônica resume a questão ao tema da violência, sobretudo valendo-se dos dados relativos às escolas públicas. Não é raro ver, numa mesma reportagem, os temas do adoecimento mental e da violência por parte dos estudantes serem associados, mesmo que de maneira subliminar.

[1] 1º Secretário do Sinpro-Rio

A violência dos estudantes, na grande mídia, acaba sendo sempre resumida à falta de disciplina, o que pressupõe a permissividade das escolas e a inabilidade dos professores em "domar" os estudantes. Esse raciocínio é o que sustenta as abjetas campanhas de militarização das escolas. Ao considerarem os professores incapazes de impor disciplina aos alunos, a mídia clama pela intervenção militar.

As causas do adoecimento mental dos professores são, no entanto, muito mais amplas e profundas. Dizem respeito, na verdade, a transformações nas relações de trabalho em todas as sociedades capitalistas. O aumento da superexploração da classe trabalhadora contribui diretamente para o crescimento de doenças como depressão, ansiedade e sofrimento emocional.

Nos últimos 40 anos, a perda de direitos trabalhistas significou a ampliação da precarização do trabalho nos mais diversos setores. A Reforma Trabalhista de Temer, com o pretexto de modernizar as relações patrão x empregado e gerar empregos de qualidade, foi decisiva para o crescimento do percentual de trabalhadores informais. Desprovidos de direitos, sem carteira assinada, esses trabalhadores vivem na ilusão do "empreendedorismo", uma ideologia cruel que serve para justificar as penosas condições em que vivem e trabalham.

No caso da profissão docente, o quadro não é diferente. A desqualificação dos professores se expressa nos baixos salários, na precarização da sua formação e na deslegitimação da sua capacidade de transmitir conhecimento.

Sobre esse último aspecto, as escolas têm operado ativamente para reduzir a autonomia docente na produção das aulas. Essa perda de autonomia faz parte de um projeto educacional que tenta minimizar o papel do mestre no processo ensino-aprendizagem. Aqui, o professor deixa de ser um provocador e instigador do pensamento crítico para tornar-se um mero transmissor de conhecimento. Sem a crítica, esse "conteúdo" passado não passa de reforço da ideologia da classe dominante.

O excesso de carga de trabalho e as deficiências na formação dos professores (afinal, os problemas descritos acima também ocorrem no ensino superior) faz com que muitos sucumbam à imposição das escolas,

adotando acriticamente suas apostilas e, nesse processo, renunciando a sua autonomia.

Esse modelo de Educação, que ganha cada vez mais adeptos no país, reduz a importância do papel do mestre. Além disso, os mesmos defensores desse modelo são os responsáveis pela disseminação de uma intensa campanha de difamação contra a categoria. Nas últimas décadas, a principal dessas campanhas foi o projeto denominado "Escola sem Partido". Este, na verdade, deveria se chamar "Escola do Partido Único", já que seu principal objetivo é restringir a capacidade de pensamento crítico dos estudantes e criminalizar professores. Os inúmeros casos de ataques a docentes por estudantes e familiares revelam que essa estratégia tem alcançado sucesso.

Os dados alarmantes sobre adoecimento que vimos no início deste artigo dizem respeito aos professores de escolas públicas. Para as escolas particulares, não temos dados precisos, porque os afastamentos por adoecimento mental não são catalogados, como é feito nas escolas públicas.

Essa ausência de informações produz a falsa ideia de que apenas as escolas públicas apresentam péssimas condições de trabalho. Na verdade, é justamente nas escolas privadas em que se agudiza a precarização da profissão docente. O mito de que os professores das escolas particulares ganham bem é facilmente desmontado numa simples consulta às convenções coletivas de trabalho, país afora. Para falar apenas da cidade do Rio de Janeiro, os pisos praticados pela imensa maioria das escolas são inferiores ao Piso Nacional do Magistério para 40h de trabalho.

Ressalte-se, no entanto, que as escolas privadas só pagam para que o professor entre em sala de aula. Tudo o que ele faz fora da sala de aula – preparação de aulas e provas, correção das atividades, lançamento de notas, preenchimento de diários e relatórios, entre outras tarefas – NÃO É REMUNERADO.

No serviço público, as 40h de trabalho semanal correspondem a 26 aulas, uma vez que 1/3 das 40h é inteiramente dedicado a atividades de planejamento. Nada disso ocorre no setor privado. Na prática, os professores das escolas particulares TRABALHAM MAIS E RECEBEM MENOS.

A baixa remuneração das escolas privadas vem acompanhada de um constante assédio moral. São inúmeros os relatos de docentes questionados na sua prática pedagógica por coordenadores e diretores sem formação, ou mesmo por responsáveis insuflados por campanhas difamatórias, como "Escola Sem Partido" ou propagandas anti-ciência. Também são constantes os relatos de docentes expostos em redes sociais por gravações ilegais e descontextualizadas da sala de aula, feitas por estudantes estimulados por discursos de ódio contra o magistério, o que traz como consequência uma autocensura por parte dos docentes, constantemente tensionados pelo medo e pela insegurança diante do seu trabalho.

A desqualificação da figura do Mestre, no Brasil, tem crescido ao longo das últimas décadas e precisa ser debatida e enfrentada de maneira incisiva. A precarização crescente da Educação impede a construção de um país independente e soberano.

Quando a saúde do professor está ameaçada é a Educação que adoece. Apagar o professor é apagar o futuro.